



Anais da Assembléia

N.º 58

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 1.º DE JUNHO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1.º DE JUNHO DE 1978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOAQUIM VIEIRA DOS SANTOS, ocorrido no Município de Guapirama.

O extinto era pessoa grandemente estimada e líder político da região da qual exerceu a vereança do Município de Guapirama, comerciante bem relacionado, que com seu passamento consternou aqueles que privavam de sua amizade e a comunidade que o tinham como seu amigo.

Uma vez aprovado o presente, requer, outrossim, que se dê ciência à família enlutada na pessoa do ex-Prefeito de Guapirama, Sr. Metódio Bubina e à Câmara Municipal onde era um de seus membros.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de congratulações desta Casa ao jornal "Correio de Notícias", desta Capital, pelo transcurso de seu 1.º aniversário de fundação.

Solicita também que da decisão se dê ciência à sua Diretoria.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O "Correio de Notícias", circulando diariamente nesta Capital, vem aumentando a cada número, o excelente conceito que já goza em nossos meios.

E isto graças à orientação sadia e competente de sua direção, o que tornou o mesmo para o curitibano num instrumento de informação de cultura, ensejando também o desenvolvimento do espírito comunitário na população que partilha através dele de todos os assuntos municipais, estaduais e nacionais.

Justo que esta Casa se associe ao júbilo pela data, manifestando à direção as suas congratulações e também a confiança de que o nosso "Correio de Notícias", continuará em sua meta de elevados objetivos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento desta Casa, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ex.º Sr. Dr. Jayme Prosdócimo, DD. Secretário dos Negócios de Finanças do Estado do Paraná, consubstanciado em apelo, para que seja atendida a pretensão da Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Estado do Paraná, como se infere da justificativa:

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Correspondência recebida da Câmara Municipal de Maringá, enviada pelo seu ilustre Presidente, nos dá conta de que o nobre Vereador Antenor Sanches, apresentou naquele Plenário, reivindicação oriunda da Associação das Indústrias Moageiras do Estado do Paraná, solicitado por parte do Ex.º Sr. Secretário das Finanças do Estado, reestudo para o cancelamento total de isenções para o milho, em vista de que não estão sendo conferidos benefícios aos seus associados, tais como aqueles que o Ministério da Fazenda concede aos fabricantes de rações.

A mesma correspondência, solicita também o apoio desta Casa, para a consecução da medida, junto à autoridade fazendária estadual, garantindo-lhes com ela, o regular abastecimento por vendas diretas dos seus estoques de milho.

Em abril passado, o Governo determinou o cancelamento de cinquenta por cento das autorizações de milho isento de ICM para outros Estados, o que veio em parte auxiliar a mercantilização efetuada pela Associação em questão, porém, a pretensão é que se conceda a totalidade da medida, pois, as providências que estão sendo tomadas para importação do produto para complementar as nossas necessidades internas, já não mais justificam a retirada de matéria-prima que irá nos fazer falta, ocasionando além da paralisação de um segmento industrial que representa real valor para a economia do Estado, pelo expressivo número de sessenta mil toneladas de milho industrializado mensalmente, um problema social de imprevisível consequência.

Como consta de telex enviado pela entidade dos moageiros ao Ex.º Sr. Secretário das Finanças do Paraná, o que se pretende, é na realidade o total cancelamento das isenções referentes.

Dai porque, apresentarmos este requerimento, solicitando expediente àquela autoridade fazendária e oferecendo o nosso apoio em termos do Poder Legislativo Estadual,

para com uma classe de produtores que tanto tem feito pelo desenvolvimento da agricultura e da industrialização do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.^a que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Il.^{mo} Sr. Diretor Superintendente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que se digne determinar o aceleração da construção do prédio destinado à agência do referido Banco, na cidade de Corbélia, tendo em vista que a escritura de doação do terreno para esse fim, já foi outorgada pelo Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, no sentido de endossar o pedido de agilização dos serviços de identificação no interior do Estado, especialmente do Posto de Secção de Identificação de Pato Branco, tendo em vista que a excessiva demora com que o público vem sendo atendido, causa atrapalhos a toda a região sudoeste do Estado. Requer envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, expondo o problema e solicitando providências.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

As inclusas cópias xerox, mais que outros argumentos, comprovam as enormes dificuldades de obter-se, em Pato Branco e no Sudoeste do Estado uma cédula de identidade. Uma demora injustificável de mais de seis meses, tem sido, rotina para aqueles que necessitam utilizar-se da Secção de Identificação de Pato Branco. Evidente que tal serviço público, não pode continuar em tal ritmo. Os obstáculos que tal decurso de tempo cria para a população interiorana estão a chamar a atenção dos responsáveis pelo Instituto de Identificação do Paraná. Note-se, dos documentos inclusos, que de um protocolado ao outro, decorrem apenas 14 dias, tempo suficiente para terem ingressado mais de duzentas (200) novas identidades, o que vale dizer que desde janeiro deste ano, seguramente entre 1.500 a 2.000 pessoas aguardam suas identidades, como já se disse, pelo prazo de mais de seis meses. Se faltarem recursos ao Instituto de Identificação, que sirva este pedido e estas críticas a justificarem aos seus responsáveis junto ao Governo Estadual, os meios necessários e indispensáveis para a agilização de tão deficiente serviço público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Após mais de vinte anos de reais serviços prestados ao setor médico-hospitalar de Cornélio Procópio, exercendo o elevado cargo de Provedor da Casa de Misericórdia, o ilustre cidadão ARTUR HOFFIG, transmite o cargo a seu substituto, o médico DR. JOSÉ RAMOS DA SILVA. Ambos ligados por laços familiares continuarão a grande obra humanitária e cristã em prol do grande complexo hospitalar, considerados um dos mais modernos do Paraná. Justo é portanto destacar que o Senhor Artur Hoffig, cidadão procopense por cidadania honraria que já lhe foi conferida, — é fazendeiro, grande agricultor e pecuarista, sendo um dos exemplos da capacidade do crescimento individual-econômico no sistema democrático, graças a sua imensa capacidade de organização e de trabalho, com o que pode dispendir, como dispendeu, mais de vinte anos de sua atividade ao setor médico-hospitalar, emprestando ainda

irrestrita colaboração a toda iniciativa da comunidade que reside.

Por todas estas considerações, julgamos de grande justiça que esta Assembléia Legislativa, registre na ata de seus trabalhos, votos de congratulações à Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio, liderada pela ilustre família ARTUR HOFFIG, pelos relevantes serviços prestados.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à Santa Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio, através do envio do presente.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os caminhos que demandam do Paraguai, com carga de soja destinada ao Porto de Paranaguá para ser exportado, estão enfrentando um sério problema.

Ao passarem pela balança do D.E.R., nas imediações de Campo Largo, sendo constatado excesso de tonelagem, são multados. Os exportadores paraguaios que usam o nosso Porto para exportar aquele cereal, não reembolsam as multas aos motoristas por entenderem de forma diferente, causando com isso sérios prejuízos aos citados motoristas que são todos paranaenses, com veículos matriculados em Ponta Grossa, Cascavel etc.

Já enviaram ao nosso Porto 105.000 toneladas, das quais 50.000 já foram exportadas e o restante está programado para exportar até o dia 12 de junho.

O custo do frete é de Cr\$ 500,00 por tonelada, perfazendo o total de Cr\$ 52.500.000,00 e as despesas portuárias são em média de Cr\$ 105,00 por tonelada, perfazendo o total de Cr\$ 11.025.000,00, movimento financeiro que por certo trará significativos benefícios à administração do Porto de Paranaguá, ao Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Conferentes, Sindicato dos Arrumadores, Supervisores e agências de navegação.

O nosso interesse maior é proteger a enorme massa de trabalhadores de Paranaguá, que são beneficiados com aquelas exportações, que movimentam o porto, numa hora em que os sindicatos atravessam enorme crise, além de procurarmos uma solução para as centenas de motoristas paranaenses que sofrem com as pesadas multas.

Face ao exposto, requeremos após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente consubstanciado em veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que, mesmo em caráter precário, determine que haja uma tolerância de 20% a mais, na tonelagem permitida nas estradas, a exemplo do que já se fez no ano passado.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1978.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra a presença neste recinto do Prefeito de São Pedro do Ivaí, Sr. Silvério Secco, que se faz acompanhar pelo Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Lia ontem o mandamento de Sancho Pança de que "a verdade é o que convém".

A referência era feita pelo dilema que se apresentava ao MDB na sua convenção nacional de Brasília, em virtude da sucessão no Rio de Janeiro.

Era a expectativa nacional para saber se o M.D.B. manteria os seus princípios de não participar daquilo que tem pregado como uma farsa — ou seja, a eleição indireta de governador e

senador biônico.

E o que aconteceu o Brasil inteiro já sabe!

Dos trezentos e sessenta e oito convencionais — trezentos e vinte e oito, ou seja — 89,2% disseram sim para que o M.D.B. eleja o Sr. Chagas Freitas para o Governo do Rio.

A verdade — hoje indesmentível — é a de que o M.D.B. pela sua incoerência de avaliar o que chamou de “pacote de abril”, deverá ser julgado pelos seus próprios eleitores.

Afinal de contas se o partido é violento e gritantemente contra as eleições indiretas, que explicação agora para a nova posição adotada?

Teria sido mesmo um espetáculo deplorável a sua convenção ou vale mesmo o mandamento de Sancho Pança?

Outros afirmam que teria sido uma negociação com o grupo dos chaguistas para uma possível candidatura oposicionista às eleições, também indiretas, para a Presidência da República.

Mas ainda assim persiste o aval à chamada farsa.

E a confusão continua quando se sabe do apoio aberto e ostensivo dos senadores emedebistas Roberto Saturnino e Marcos Freire à candidatura do General Euler Bentes.

E aumenta com os entendimentos que ocorrem com o arenista Magalhães Pinto — que se ontem foi um dos signatários do AI-5, hoje luta pela revogação daquele que condena.

E aumenta mais quando entra na estória toda a figura de Hugo de Abreu — hoje elogiado por muitos emedebistas, não obstante quando nas suas funções do Palácio Alvorada, era o portador dos processos cessatórios.

Na verdade a confusão será tão grande que o melhor mesmo é deixar como está para ver como é que vai ficar.

Em síntese: O M.D.B. é mesmo contra as indiretas ou apenas nas indiretas em que não tem o nosso colegiado que fazer governadores?

Enquanto o povo julga o que os oposicionistas pregaram até hoje em virtude da nova posição tomada, vamos aguardar o rosário de desculpas e explicações que certamente se farão ouvir.

Na verdade a decisão de ontem pegou “muita gente de calça curta”.

Tenho dito.”

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Efetivamente nós temos que reconhecer que o País passa hoje uma das crises institucionais mais sérias da sua história republicana.

Estamos no limiar e na antevéspera de grandes transformações. A Nação inteira se convulsiona através dos seus segmentos de maior respeitabilidade.

Querendo, pregando, e exigindo reformas estruturais, reformas institucionais.

Mas, Sr. Presidente, a insensibilidade de alguns é tão grande, que não sabem ou não querem acompanhar a marcha dos acontecimentos que aí está.

Tem-se dito, tem-se afirmado e tem-se apregoado, que o Poder Legislativo hoje neste País, é um poder debilitado, combatido e enfraquecido, amordaçado e ferreteado pela onipotência de um Poder Executivo que pela autocracia dominante há quatorze anos neste País, empalma nas suas atribuições os poderes de Judiciário, os poderes de Legislativo, afinal, os poderes da onipotência.

Não sei se por culpa apenas dessa autocracia, que aí está, mas se por culpa nossa também, classe política, que não reagimos no momento certo e não fazemos valer os direitos de um poder autônomo.

Venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, sabendo que o

momento talvez não seja o mais propício, o mais oportuno, porque as atenções do mundo todo estão voltadas para Buenos Aires, onde se instala a décima primeira Copa do Mundo.

Mas não é este o motivo que fará calar a minha voz. E venho aqui como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Economia Paranaense, que tendo um volume de setenta laudas de documentos confidenciais, amparados sob a Lei Federal do sigilo bancário, envolvem sérios negócios, realizados por um lado pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e de outro, por grupos empresariais do Paraná, como a Cavalcanti Junqueira S.A. PARPLAN e outros grupos.

E o caráter secreto que essas reuniões devem ter, hoje, pela terceira vez consecutiva, a sessão de Comissão Parlamentar de Inquérito não se efetivou por falta, mais uma vez, de “quorum”.

Estavam lá, dos nove integrantes da Comissão — cinco da ARENA e quatro do MDB — estavam hoje, na Sala das Comissões, apenas os quatro integrantes do MDB. E lá ficou a bancada minoritária durante quarenta e sete minutos, à espera do comparecimento de apenas um membro da bancada da Aliança Renovadora Nacional para que, dado o “quorum” mínimo, pudesse ser realizada a sessão, pudessem ser abertos os documentos, pudesse ser analisado o teor dos contratos efetivados entre o órgão de apoio financeiro do Estado do Paraná, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. e essas empresas.

E mais uma vez, Sr. Presidente, essa sessão não se efetivou.

E isso causa a mim, causa a nossos colegas, mas causa a todo o Paraná, Sr. Presidente, uma séria preocupação. É preciso que a verdade venha a público. É preciso que nomes que representam o Paraná no contexto estadual e nacional, como o do Sr. Governador Jayme Canet Júnior, como o do Senador “biônico”, Afonso Alves de Camargo Neto, como o nome do Sr. Antônio Lacerda Braga Filho, irmão do futuro Governador do Paraná, Sr. Ney Amintas de Barros Braga. É preciso que esse nomes não continuem, pela ausência de uma análise de sua participação nesses negócios, esses nomes não continuem sob constante e contínua suspeição.

Qual será a figura que este Estado fará no cenário nacional, quando, no dia 31 de janeiro de 1979, assumir a cadeira de Rui Barbosa, no Senado da República, o Sr. Afonso Alves de Camargo Neto, virgem de votos nas urnas populares, mas consagrado e ungido pela autocracia dominante hoje no País como Senador indireto da República.

Qual será a figura deste Estado quando se sabe que esse nome, hoje, está sob suspeição, não por culpa do Movimento Democrático Brasileiro, mas por culpa da Aliança Renovadora Nacional que se exime e se omite da análise desses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — A Presidência adverte o nobre Deputado que está esgotado o tempo que, regimentalmente, lhe é concedido. Conceda-lhe, no entanto, mais um minuto para concluir.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, atendo a solicitação de Vossa Excelência e dispense os sessenta segundos.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): “O povo toledano e, igualmente, o povo de todo o Oeste do Paraná, como nós sabemos, paralelamente ao seu espírito empreendedor e a sua capacidade de trabalho, é uma comunidade, cujas famílias são invocadas por sentimentos altamente religiosos, tementes a Deus e amigas dos seus mentores espirituais.

Destacamos esta qualidade exponencial de nossa gente, por que, agora, nestas últimas semanas, a nossa comunidade encontra-se entristecida com a transferência, por ordem Papal,

de Sua Excelência Reverendíssima, o Bispo D. Armando Círio, para a recém-criada Diocese de Cascavel.

A despeito da pequena distância que nos separa da vizinha e amiga cidade de Cascavel, todos nós, de Toledo, sentimos como se fosse uma grande distância, por que vamos nos privar do seu convívio afável e amigo, de todos os dias e todas as horas.

O ilustre Prelado, que em toda a região é altamente estimado e respeitado, face aos seus dotes espirituais, a sua bondade e a magnitude dos seus conceitos religiosos, ditados pela sua fé em Deus e pelo seu coração magnânimo, incrementou a religiosidade de nossa gente. E tanto maior é a nossa dívida de gratidão perante Sua Excelência Reverendíssima, quando sabemos que a religião é o embasamento da família brasileira.

Entre as suas virtudes, mesoladas com a sua sapiência, ressaltamos uma peculiaridade de D. Armando: fossem quais fossem os credos, religiões, conceitos religiosos, ele sempre se postou ao lado de todos, ombro a ombro, com a mesma lhanza e simpatia, revelando, assim, mais uma faceta do seu caráter, o respeito à pessoa humana.

Em sua mensagem de despedida, D. Armando se externou nos seguintes termos: "Apesar do gênero humano encontrar-se, hoje, em uma fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas se estenderam progressivamente ao universo todo, a Igreja dirá sempre e a todos, que o homem, se existe é somente porque Deus o criou, e o criou por amor. A primeira luta, portanto, da Igreja, é pela conservação da idéia e adoração a Deus, contra todo ateísmo e contra o materialismo. Enfim, é para emprestar a sua voz em favor do pobre, do doente e dos oprimidos, em favor da pessoa humana, da justiça social, da fraternidade e da solidariedade".

Não precisamos nos deter em maiores análises sobre as lavras de D. Armando Círio. Elas, na sua simplicidade, traduzem os ensinamentos do verdadeiro cristianismo.

Como novo Bispo da Diocese de Toledo, que passa a contar, agora, com nove Municípios — Toledo — Marechal Cândido Rondon — Guaíra — Terra Roxa — Nova Santa Rosa — Palotina — Assis Chateaubriand — Formosa do Oeste e Nova Aurora — foi designado o Sacerdote Geraldo Maijela Agnelo, do Clero Secular da Arquidiocese de S. Paulo, Diretor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

Senhor Presidente, Senhores Deputados — Cabe-nos dizer, nesta oportunidade, que o novo titular da Diocese é igualmente um prelado dotado de vasta cultura e de profundos sentimentos religiosos, como reclama o seu elevado cargo.

E, desta tribuna, vimos render a nossa homenagem muito especial a Sua Excelência Reverendíssima, D. Geraldo Maijela Agnelo, na certeza de que palmilhará os mesmos caminhos que o seu digno antecessor, pautados pela sua experiência e pela sua sabedoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro sobre se deseja ocupar o espaço reservado ao Partido.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Tendo declinado, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional sobre se deseja ocupar os quinze minutos que lhes são reservados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que doa ao Município de MEDIANEIRA, lotes rurais que especifica, para construção do Aeroporto local. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/78, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que estabelece critérios para provimento dos cargos de Consultor Legislativo, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade.— **Aprovado, com Substitutivo Geral.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 61/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o Município de Catanduvas, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 62/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AURORA, objetivando reparos no prédio onde funciona a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública do referido Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 64/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de NOVA AMÉRICA DA COLINA, objetivando reparos no prédio do Posto de Saúde daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 67/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando reparos nos prédios do Ginásio Estadual Castelo Branco e o Grupo Escolar Castro Alves, na sede daquele Município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 72/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONSELHEIRO MAIRINK, objetivando a execução de obras de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Dona Macária, da sede daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 73/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através

da Secretaria da Administração e o Município de LUPIONÓPOLIS, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Carlos Gomes e o Ginásio Estadual de Lupionópolis, da sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 81/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR e o Município de APUCARANA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 82/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Finanças e FAMEPAR e o Município de ARA-PONGAS, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 83/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria de Finanças e FAMEPAR e o Município de Rolândia, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 86/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Guapirama, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 87/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Jaboti, objetivando a aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78 — ex-Proposição n.º 88/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência

da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Japira, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 20/78, ex-Proposição n.º 105/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Inajá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 60/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Irati, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Tancredo Martins, localizado na sede do mesmo município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 63/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Miraselva, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Unidade Sanitária, o Grupo Escolar Júlia Wanderley e a Sub-Delegacia de Polícia, todos localizados em território daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 26/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 71/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pinhalão, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Princesa Izabel, a Delegacia e Cadeia Pública e a Unidade Sanitária daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 27/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 74/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Xambê, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, localizado em território daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 79/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Plínio Tourinho, localizado naquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 30/78,

de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 85/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e a interveniência da Secretaria da Fazenda e FAMEPAR, e o Município de Sapopema, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 111/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Francisco Beltrão, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 114/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Paulo Frontin, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 117/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças e FAMEPAR, e o Município de Agudos do Sul, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 38/78, ex-Proposição n.º 124/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Itaguajé, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 130/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado das Finanças — da FAMEPAR, e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, e o Município de Campo Largo, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/78, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 132/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, FAMEPAR, e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, e o Município de Piraquara, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 40/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 133/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência de órgãos que especifica, com o Município de Quatro Barras, objetivando aplicação de recursos do Adicional de Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 136/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Campo Tenente, objetivando a aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 138/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de GUARAQUEÇABA, objetivando aplicação de recursos do Adicional do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 140/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, em serviços de desenvolvimento urbano do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 142/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços objetivando desenvolvimento do município signatário. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/78, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 13/78, ex-Proposição n.º 98/78, aprova Termo Complementar e Instrumento de Alteração Parcial ao Acordo n.º 4/75, aprovado através da Resolução n.º 166/76. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 112/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Pato Branco, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 128/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Almirante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 141/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Campo Largo, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços com vistas ao desenvolvimento urbano. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Vieira dos Santos, ocorrido no Município de Guapirama.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre se Sua Excelência já determinou à Pasta competente, estudos visando a redação do projeto de lei estabelecendo a contagem de tempo para efeito de aposentadoria aos funcionários públicos admitidos antes da Constituição de 1967. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento).

Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — A Presidência concede a questão de ordem. Solicita aos Srs. Deputados que tomem seus assentos.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. — (Pausa). — Os que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

9 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, solicito que se proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque tem Deputados na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Defiro. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Responderam à chamada 22 Srs. Deputados. Há número apenas para prosseguimento da sessão e discussão da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar à Secretaria dos Transportes, providências visando a concretização do asfaltamento da estrada que liga Diamante do Norte-Itaúna do Sul e Nova Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal “Correio de Notícias” de nossa Capital, pelo transcurso de seu 1.º aniversário de fundação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de aplausos pela excelente gestão que fez frente à Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Paranaíba, ao Sr. Itamar Pereira de Souza, e regozijo pela sua reeleição ao mesmo cargo. — **Em discussão.**

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Apenas para dirimir uma dúvida, como fica o requerimento?

Já foi votado?

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Há necessidade de “quorum”.

Encerrada a discussão, do requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que mesmo em caráter precário, determine que haja uma tolerância de 20% a mais na tonelagem permitida nas estradas, a exemplo do que já se fez no ano passado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de apelo, a fim de que seja atendida a pretensão da Associação das Indústrias Moageiras de Milho do Estado, visando reestudo para o cancelamento total das isenções para o milho. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que se digne determinar o aceleração da construção do prédio destinado à agência do referido estabelecimento bancário, na cidade de Corbélia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição da Diretoria da Santa Casa de Cornélio Procopio. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Instituto de Identificação, encarecendo agilização dos serviços de identificação no interior do Estado, especialmente no Posto da Seção de Identificação de Pato Branco. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 2 de junho, às 10,00 horas com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.